REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

DIAGNÓSTICOS DE ESTUDANTES: UM LEVANTAMENTO QUANTITATIVO EM UMA ESCOLA PÚBLICA

STUDENT DIAGNOSTICS: A QUANTITATIVE SURVEY IN A PUBLIC SCHOOL

Ciências Exatas e da Terra • 28/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/795722735

Helykssia Amaral Fernandes[1]

Geremias Dourado da Cunha[2]

Luiz Américo da Silva do Vale[3]

RESUMO

A presença de estudantes com diferentes diagnósticos no ambiente escolar evidencia a importância de conhecer as particularidades do público atendido pelas instituições de ensino. Nesse contexto, os registros escolares constituem uma fonte de informações que pode contribuir para a compreensão dessa realidade e favorecer reflexões sobre as necessidades educacionais existentes. Assim, este estudo teve como objetivo quantificar, categorizar e comparar os estudantes segundo as categorias diagnósticas principais registradas em uma escola pública do município de Ji-Paraná, Rondônia, nos meses de fevereiro e agosto de 2026. A pesquisa caracteriza-se como descritiva, de abordagem quantitativa, desenvolvida por meio da análise documental e comparativa dos registros escolares. O levantamento identificou um aumento de 77 para 85 estudantes com diagnósticos registrados, distribuídos em sete categorias, com predominância do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e da deficiência intelectual (DI). A análise demonstra a importância de interpretar essas informações para além de sua expressão numérica, reconhecendo que as classificações diagnósticas não representam integralmente as características dos estudantes. Conclui-se que a organização e a comparação dos registros permitem ampliar o conhecimento sobre a realidade institucional, oferecendo subsídios para reflexões sobre a diversidade do público escolar e a importância de considerar suas particularidades no planejamento pedagógico.

Palavras-chave: Diagnósticos escolares; Levantamento quantitativo; Diversidade escolar.

ABSTRACT

The presence of students with various diagnoses in the school

environment highlights the importance of understanding the specific characteristics of the student population served by educational institutions. In this context, school records serve as a source of information that can contribute to an understanding of this reality and foster reflection on existing educational needs. This study aimed to quantify, categorize, and compare students based on the primary diagnostic categories recorded at a public school in the municipality of Ji-Paraná, Rondônia, during the months of February and August 2026. The research is descriptive in nature and employs a quantitative approach, conducted through the documentary and comparative analysis of school records. The survey identified an increase from 77 to 85 students with documented diagnoses, distributed across seven categories—most notably Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD), Autism Spectrum Disorder (ASD), and intellectual disability (ID). The analysis underscores the importance of interpreting this information beyond mere numerical figures, acknowledging that diagnostic classifications do not fully capture the characteristics of individual students. It is concluded that organizing and comparing these records enhances the understanding of the institutional reality, providing a basis for reflecting on the diversity of the student body and the importance of accounting for individual specificities within pedagogical planning.
Keywords: School diagnoses; Quantitative survey; School diversity.

1. INTRODUÇÃO

O avanço das discussões sobre educação inclusiva tem evidenciado que o direito de frequentar a escola, embora fundamental, não garante, isoladamente, condições adequadas de participação e aprendizagem. A construção de um ambiente educacional que valorize e respeite as diferenças requer ações que vão além do

cumprimento das determinações legais, envolvendo mudanças nas práticas pedagógicas, nas atitudes e na maneira como a escola reconhece e atende às particularidades dos estudantes. Nessa perspectiva, Mantoan (2003) defende que a inclusão pressupõe transformações na organização escolar e nas práticas pedagógicas, reconhecendo as diferenças como parte do processo educativo. No Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, assegura o direito à educação inclusiva (Brasil, 2015). Entretanto, o reconhecimento jurídico desse direito não significa que os desafios presentes na realidade das escolas tenham sido superados.

Os indicadores educacionais brasileiros demonstram avanços no acesso dos estudantes público da educação especial às classes comuns. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), esse percentual, considerando a faixa etária de 4 a 17 anos, passou de 93,5% em 2021 para 96% em 2025 (Brasil, 2026).

Embora esses indicadores demonstrem avanços na ampliação do acesso às classes comuns, não permitem identificar, isoladamente, as particularidades presentes em cada instituição de ensino. Nesse sentido, os levantamentos desenvolvidos no contexto escolar podem complementar a compreensão dos indicadores nacionais, permitindo observar características documentadas de uma realidade específica, sem pressupor que os registros administrativos sejam suficientes para avaliar as condições de participação e aprendizagem dos estudantes.

Nesse cenário, os registros escolares constituem uma possibilidade de conhecer aspectos da população estudantil por meio de

informações já documentadas. A identificação e a organização dos diagnósticos permitem observar sua distribuição e acompanhar alterações em diferentes momentos. Contudo, esses registros exigem uma interpretação cuidadosa, pois uma classificação diagnóstica não define integralmente as capacidades, as dificuldades ou as necessidades educacionais de um estudante. Dessa forma, compreender o perfil documentado de uma instituição não significa estabelecer conclusões sobre a aprendizagem individual, mas reconhecer informações que podem contribuir para uma visão mais ampla do contexto escolar.

O interesse por essa investigação surgiu durante as experiências vivenciadas no estágio em uma escola pública do município de Ji-Paraná, Rondônia. A aproximação com a realidade institucional despertou a necessidade de compreender como os diagnósticos dos estudantes estavam organizados e quais modificações poderiam ser identificadas nos registros ao longo do ano letivo.

A escolha da instituição, portanto, não ocorreu de maneira desvinculada da formação docente, mas a partir de questionamentos construídos no contato com o ambiente escolar. Essa experiência evidenciou que a aproximação com a realidade escolar também envolve a análise de informações que, embora presentes na documentação institucional, nem sempre são examinadas de maneira sistemática. Diante dessa problemática, estabeleceu-se a seguinte questão de pesquisa: quais alterações ocorreram no quantitativo de estudantes com diagnósticos registrados em uma escola pública de Ji-Paraná, entre fevereiro e agosto de 2026, e quais categorias apresentaram maior ocorrência?

A investigação justifica-se pela importância de examinar sistematicamente informações presentes na documentação escolar, considerando que a identificação isolada dos quantitativos não permite reconhecer as alterações observadas entre diferentes momentos do ano letivo. Ao comparar os registros de fevereiro e agosto de 2026, o estudo busca ampliar o conhecimento sobre a distribuição das categorias diagnósticas principais e suas modificações no contexto institucional.

Sua relevância também se relaciona à formação docente, uma vez que a investigação surgiu das experiências vivenciadas no estágio e da percepção de que conhecer a realidade escolar envolve não apenas acompanhar as práticas pedagógicas, mas também examinar informações que fazem parte da organização da instituição.

Assim, o estudo teve como objetivo quantificar, categorizar e comparar os estudantes segundo as categorias diagnósticas principais registradas pela instituição nos meses de fevereiro e agosto de 2026, identificando as classificações mais frequentes e as alterações observadas entre os dois levantamentos. Ao estabelecer esse recorte, a pesquisa não pretende avaliar individualmente os estudantes nem determinar a efetividade das práticas inclusivas, mas contribuir para a compreensão da realidade institucional a partir das informações disponíveis.

Considera-se que a relevância do levantamento está não apenas na organização dos dados, mas também na possibilidade de reconhecer aspectos do contexto escolar que merecem atenção e reflexão.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Educação Inclusiva e os Desafios da Diversidade Escolar

A educação inclusiva envolve uma discussão que ultrapassa a garantia de acesso, pois também exige compreender como as instituições respondem às diferenças presentes entre seus estudantes. A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) estabelece a importância de uma organização educacional capaz de atender às diferentes necessidades de aprendizagem. Em diálogo com essa perspectiva, Barros (2024), ao investigar práticas pedagógicas voltadas à deficiência intelectual, contribui para refletir sobre os desafios enfrentados na efetivação da inclusão.

A aproximação entre essas contribuições permite reconhecer que os princípios da educação inclusiva não se concretizam apenas por meio de sua previsão nos documentos legais, mas também dependem das condições construídas no cotidiano escolar. Nessa perspectiva, conhecer as características do público atendido constitui uma dimensão importante da compreensão da realidade institucional, embora a identificação de diagnósticos, isoladamente, não seja suficiente para determinar as necessidades educacionais dos estudantes ou as condições necessárias à sua participação.

2.2. Diagnósticos e Suas Relações com o Contexto Educacional

A compreensão dos diagnósticos no contexto educacional exige distinguir as características clínicas das experiências individuais dos estudantes. Rohde *et al.* (2000) discutem manifestações relacionadas ao Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), enquanto Sousa (2021) aborda os direitos e as políticas públicas direcionadas às pessoas com Transtorno do Espectro

Autista (TEA). Araújo e Rodrigues (2023) ampliam essa discussão ao destacar a importância das relações afetivas entre professores e estudantes com esses diagnósticos. A relação entre essas contribuições permite compreender que o conhecimento das condições diagnosticadas, embora relevante para a caracterização do público escolar, não determina, isoladamente, as necessidades educacionais individuais. Estudantes com uma mesma condição podem apresentar características, experiências e possibilidades de desenvolvimento distintas, o que exige cuidado ao interpretar classificações diagnósticas no contexto educacional. Essa distinção também se mostra importante na análise de registros institucionais, uma vez que as categorias utilizadas para organizar os dados podem reunir informações sobre diferentes condições, sem representar integralmente as particularidades dos estudantes nelas classificados.

2.3. Registros Escolares e a Compreensão da Realidade Institucional

A utilização dos registros escolares como fonte de investigação permite compreender aspectos da realidade institucional a partir de informações documentadas. Em pesquisa realizada em uma escola pública estadual do Paraná, Fecchio (2025) analisou 58 registros de matrícula vinculados à Sala de Recursos Multifuncionais, além de laudos e planos educacionais individuais, identificando a ausência de diagnósticos formais de discalculia nos documentos examinados.

Embora o estudo tenha investigado uma condição específica, seus resultados contribuem para uma reflexão mais ampla sobre os limites e as possibilidades da documentação escolar, uma vez que a

ausência de determinado diagnóstico nos registros não comprova sua inexistência entre os estudantes.

A contribuição de Fecchio (2025) aproxima-se da proposta desta investigação ao evidenciar que a documentação escolar pode constituir uma fonte relevante de informações, desde que seus limites sejam considerados na interpretação dos resultados. Entretanto, enquanto a autora investigou registros relacionados à identificação de uma condição específica, o presente estudo concentra-se na distribuição de sete categorias diagnósticas principais e na comparação dos quantitativos documentados em dois momentos do ano letivo de 2026. Essa distinção demonstra que os registros podem ser utilizados para responder a diferentes questões investigativas. Assim, considera-se que a análise quantitativa não deve se limitar à identificação das categorias mais frequentes, mas contribuir para a compreensão das alterações documentadas, reconhecendo tanto a relevância das informações disponíveis quanto os limites de sua interpretação.

3. METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida em uma escola da rede pública estadual do município de Ji-Paraná, Rondônia, a partir de questionamentos surgidos durante as experiências vivenciadas no estágio. A aproximação com a realidade institucional despertou o interesse em compreender como os diagnósticos dos estudantes são registrados e de que maneira essas informações se modificam ao longo do ano letivo. Nesse sentido, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, de abordagem quantitativa, desenvolvida por meio da análise documental de registros escolares referentes aos meses de fevereiro e agosto de 2026.

A comparação entre os dois levantamentos buscou identificar alterações no quantitativo de estudantes e na distribuição das categorias diagnósticas principais registradas pela instituição. O levantamento contemplou todas as turmas da instituição, desde o 6º ano do Ensino Fundamental até o 3º ano do Ensino Médio. A coleta de dados foi realizada a partir de fichas previamente organizadas e disponibilizadas pela instituição escolar, contendo informações sobre as turmas, as categorias diagnósticas e os respectivos códigos da Classificação Internacional de Doenças (CID).

Os documentos consultados não apresentavam os nomes dos estudantes, permitindo a análise das informações sem acesso à identificação nominal. Para a organização dos dados, foram consideradas as sete categorias diagnósticas adotadas pela instituição escolar. Com a finalidade de evitar duplicidades na contagem, cada estudante foi contabilizado uma única vez, respeitando-se a categoria diagnóstica principal previamente indicada nas fichas disponibilizadas pela instituição escolar. Nos casos em que havia mais de um código da Classificação Internacional de Doenças (CID) associado ao mesmo estudante, os diagnósticos adicionais não foram contabilizados separadamente nas demais categorias.

Esse procedimento permitiu estabelecer categorias mutuamente exclusivas para fins estatísticos. Assim, os quantitativos apresentados correspondem ao número de estudantes classificados em cada categoria principal, não representando necessariamente a totalidade de estudantes com determinado diagnóstico na instituição.

A definição dos períodos considerou a dinâmica de atualização da documentação escolar, especialmente em situações de transferência, apresentação de novos documentos e conclusão de avaliações especializadas. Durante a vivência na instituição, observou-se que alguns estudantes ingressam sem diagnóstico formal, mas apresentam comportamentos ou dificuldades que despertam a atenção dos professores.

Nessas circunstâncias, a equipe gestora pode orientar os responsáveis quanto à busca por avaliação especializada. Entretanto, a confirmação diagnóstica depende de profissionais habilitados e de procedimentos que podem demandar tempo, fazendo com que determinadas situações permaneçam em investigação até a atualização dos registros. Essa realidade contribuiu para compreender a importância do intervalo de sete meses entre os levantamentos, sem pressupor que toda alteração documental corresponda ao surgimento de um novo diagnóstico.

A organização das informações considerou as sete categorias presentes nos registros institucionais: Transtorno do Espectro Autista (TEA), deficiência intelectual (DI), Transtorno Opositor Desafiador (TOD), Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), transtornos hipercinéticos e emocionais, déficit de atenção e outras condições, e deficiência física e outras condições.

As denominações das sete categorias foram preservadas conforme a organização documental da instituição escolar, sem a realização de alterações ou reclassificações das categorias originalmente apresentadas. Dessa forma, os quantitativos expressam a distribuição dos estudantes segundo as classificações principais

registradas, não representando necessariamente a totalidade das condições diagnosticadas entre eles.

A documentação também apresentava referência à síndrome de Tourette em processo de investigação. Por não se tratar de um diagnóstico confirmado, esse registro foi identificado separadamente e não integrou os quantitativos apresentados nas sete categorias analisadas.

As informações foram organizadas em frequências absolutas e relativas, sendo os percentuais calculados pela divisão do número de estudantes de cada categoria pelo total de registros considerado no respectivo período, multiplicando-se o resultado por cem. Posteriormente, os resultados dos levantamentos de fevereiro e agosto de 2026 foram comparados, considerando as diferenças observadas nos quantitativos absolutos e na participação percentual de cada categoria diagnóstica principal.

A comparação teve caráter descritivo e concentrou-se nas informações documentadas em cada período, sem estabelecer relações de causa e efeito entre as alterações identificadas. Considerou-se, ainda, que as diferenças nos registros poderiam estar relacionadas a atualizações documentais ou à movimentação de estudantes na instituição, sem que os dados disponíveis permitissem determinar os fatores responsáveis por cada variação.

Para complementar a caracterização da população escolar, também foi considerado o total de 754 estudantes matriculados na instituição em agosto de 2026. Esse quantitativo foi utilizado como referência para calcular a proporção de estudantes com diagnósticos registrados em relação ao conjunto de matrículas

naquele período. O mesmo procedimento não foi realizado para fevereiro, devido à ausência de informações sobre o total de estudantes matriculados naquele mês.

Considerando a natureza sensível das informações relacionadas aos diagnósticos dos estudantes, a pesquisa adotou cuidados voltados à preservação de sua privacidade. A documentação consultada não apresentava identificação nominal, e o tratamento dos dados concentrou-se na organização quantitativa das categorias diagnósticas e na comparação dos levantamentos realizados. Os resultados foram apresentados de forma agregada, sem divulgação de informações individuais, buscando preservar a confidencialidade dos registros e evitar a identificação dos estudantes envolvidos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES OU ANÁLISE DOS DADOS

4.1. Distribuição dos Registros Diagnósticos dos Estudantes

A análise dos registros escolares permitiu identificar alterações na distribuição dos estudantes entre as categorias diagnósticas principais consideradas nos levantamentos de fevereiro e agosto de 2026. No primeiro período semestre, foram contabilizados 77 estudantes, enquanto, no segundo semestre, esse quantitativo passou para 85, representando um aumento de oito estudantes, correspondente a 10,39% em relação ao levantamento inicial. Essa diferença evidencia uma ampliação no número de estudantes com diagnósticos documentados pela instituição, sem pressupor que o crescimento observado corresponda necessariamente à ocorrência de novos diagnósticos.

A distribuição dos estudantes foi organizada em sete categorias diagnósticas principais, conforme as classificações previamente

estabelecidas pela instituição escolar. Entre elas, destacaram-se o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a deficiência intelectual (DI), que concentraram os maiores quantitativos nos dois levantamentos. Essa predominância constitui uma característica relevante do perfil documental analisado, permitindo identificar as classificações mais frequentes e observar como sua representatividade se modificou entre os períodos investigados.

Em agosto de 2026, a instituição possuía 754 estudantes matriculados, dos quais 85 apresentavam diagnósticos registrados na documentação escolar, correspondendo a aproximadamente 11,27% do total de matrículas. Esse resultado permite situar o quantitativo identificado em relação à população escolar naquele período, ampliando a caracterização do contexto investigado.

Entretanto, essa proporção se refere exclusivamente aos estudantes com diagnósticos formalmente documentados, não permitindo determinar a existência ou a frequência de condições ainda não identificadas ou registradas pela instituição.

Por meio da tabela 1, é possível observar valores quantitativos identificados na escola campo.

Tabela 1. Distribuição dos estudantes por categoria diagnóstica principal em fevereiro e agosto de 2026

CATEGORIA	FEV (N)	AGO (N)	FEV (%)	AGO (%)	VARIAÇÃO (N)
TEA	16	23	20.78	27.06	+7
DI	15	15	19.48	17.65	0

TDAH	28	27	36.36	31.76	-1
TOD	2	3	2.60	3.53	+1
DÉFICIT	4	3	5.19	3.53	-1

⚠ Esta tabela possui muitas colunas e foi cortada para impressão. Para visualizá-la completa, acesse o artigo original em: https://revistatopicos.com.br/artigos/diagnosticos-de-estudantes-um-levantamento-quantitativo-em-uma-escola-publica?noblockage

Fonte: Elaboração própria com base nos registros escolares (2026).
Nota: Cada estudante foi contabilizado uma única vez, conforme a categoria diagnóstica principal indicada pela instituição escolar. As variações percentuais foram calculadas em relação ao quantitativo de fevereiro. Os percentuais apresentados foram arredondados para duas casas decimais.

Os dados apresentados na Tabela 1 evidenciam que, em fevereiro de 2026, a distribuição dos estudantes entre as sete categorias diagnósticas não ocorreu de maneira uniforme. O Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) apresentou a maior representatividade, com 28 estudantes (36,36%), seguido pelo Transtorno do Espectro Autista (TEA), com 16 (20,78%), e pela deficiência intelectual (DI), com 15 (19,48%). Juntas, essas três categorias concentravam aproximadamente 76,62% dos estudantes contabilizados naquele período. Essa predominância demonstra que determinadas classificações ocupavam uma parcela expressiva dos registros escolares, embora a maior frequência de uma categoria não signifique, necessariamente, maior complexidade das necessidades educacionais dos estudantes nela classificados.

Em agosto, as mesmas categorias permaneceram entre as mais frequentes, porém apresentaram mudanças em sua representatividade. O TDAH continuou com o maior quantitativo, correspondendo a 27 estudantes (31,76%), seguido pelo TEA, com 23 (27,06%), e pela DI, com 15 (17,65%). Embora a ordem das três categorias tenha permanecido inalterada, observa-se uma aproximação entre os registros de TDAH e TEA, cuja diferença passou de 12 estudantes, em fevereiro, para quatro, em agosto. Essa alteração chama a atenção porque demonstra que a permanência de uma categoria como a mais frequente não significa estabilidade na distribuição dos registros, uma vez que a participação das demais categorias também se modifica ao longo do período analisado.

Entre as variações identificadas, destaca-se o crescimento dos registros classificados como TEA, que passaram de 16 para 23 estudantes, representando o maior aumento absoluto entre as categorias investigadas. A categoria de deficiência física e outras condições também apresentou crescimento, passando de 11 para 14 estudantes, enquanto o Transtorno Opositor Desafiador (TOD) passou de dois para três. Em contrapartida, a deficiência intelectual manteve o quantitativo de 15 estudantes, ao passo que TDAH, déficit de atenção e outras condições, e transtornos hipercinéticos e emocionais apresentaram reduções de uma unidade cada.

Essas diferenças evidenciam que as modificações observadas entre os levantamentos não ocorreram de maneira proporcional, sendo importante considerar que os registros escolares podem sofrer alterações em decorrência de atualizações documentais, movimentações de matrículas e conclusão de avaliações especializadas, sem que os dados disponíveis permitam determinar as causas específicas de cada variação.

Vale destacar que este número pode ainda ser maior, pois a escola quantifica os alunos com diagnósticos por meio de documentos comprobatórios fornecidos pelos pais. Nesta relação não estão presentes aqueles alunos que apresentam características, mas não possuem documentos comprobatórios.

A interpretação dos resultados deve considerar que os quantitativos apresentados correspondem às categorias diagnósticas principais registradas pela instituição, não abrangendo necessariamente todas as condições associadas aos estudantes. Desse modo, os dados permitem caracterizar a distribuição documental e identificar alterações entre os períodos investigados, mas não oferecem elementos suficientes para estabelecer conclusões sobre as necessidades individuais de aprendizagem.

Reconhecer essa limitação é fundamental para que a análise quantitativa contribua para a compreensão da realidade escolar sem reduzir a diversidade dos estudantes às classificações registradas.

4.2. Análise Comparativa dos Registros Entre Fevereiro e Agosto de 2026

A comparação entre os levantamentos de fevereiro e agosto de 2026 permitiu identificar mudanças na distribuição percentual das categorias diagnósticas principais, evidenciando que as alterações documentadas não ocorreram de maneira uniforme. Embora o quantitativo geral de estudantes com diagnósticos registrados tenha aumentado no período, as categorias apresentaram comportamentos distintos, demonstrando a importância de analisar conjuntamente as frequências absolutas e relativas. Nesse contexto, destaca-se o comportamento das categorias TDAH e TEA. Embora o

TDAH tenha permanecido com o maior quantitativo nos dois períodos, sua participação relativa passou de 36,36% para 31,76%, representando uma redução de 4,60 pontos percentuais.

Em contrapartida, o TEA passou de 20,78% para 27,06%, apresentando um aumento de 6,28 pontos percentuais. Essa diferença demonstra que a distribuição dos estudantes sofreu alterações mesmo entre as categorias que permaneceram nas primeiras posições. Assim, a comparação percentual amplia a compreensão dos resultados, pois permite observar mudanças que não seriam percebidas apenas pela identificação das categorias predominantes.

Outro aspecto relevante refere-se à deficiência intelectual, cujo quantitativo permaneceu em 15 estudantes nos dois levantamentos, embora sua participação relativa tenha diminuído de 19,48% para 17,65%. Essa diferença demonstra que a estabilidade numérica de uma categoria não representa, necessariamente, a manutenção de sua participação no conjunto dos registros, especialmente quando ocorre alteração no total de estudantes contabilizados. Nesse caso, a redução percentual observada não correspondeu a uma diminuição no número de estudantes classificados nessa categoria, mas à mudança na composição proporcional dos registros escolares.

As diferenças identificadas entre os levantamentos também evidenciam a necessidade de distinguir as alterações na documentação escolar das mudanças efetivas na ocorrência das condições diagnosticadas. Embora os registros permitam reconhecer quais categorias apresentaram crescimento, redução ou estabilidade, não oferecem informações suficientes para determinar os fatores responsáveis por essas variações.

Dessa forma, os resultados devem ser compreendidos como modificações na composição documental da instituição, e não como evidências diretas de aumento ou diminuição da ocorrência dos diagnósticos entre os estudantes. Essa distinção permite interpretar os dados de maneira coerente com os limites da investigação, preservando o caráter descritivo e comparativo da pesquisa.

4.3. Discussão dos Resultados à Luz da Literatura

Os resultados do levantamento permitem refletir sobre a relação entre o conhecimento da população escolar e a construção de práticas educacionais que considerem as diferenças presentes entre os estudantes. A identificação das categorias diagnósticas mais frequentes oferece informações sobre o perfil documentado da instituição, mas não permite compreender, isoladamente, como esses estudantes participam das atividades escolares ou quais condições de aprendizagem lhes são oferecidas.

Essa reflexão aproxima-se das contribuições de Mantoan (2003), ao defender uma concepção de inclusão que ultrapassa a presença física dos estudantes e envolve transformações na organização escolar e nas práticas pedagógicas. Nesse sentido, os dados quantitativos podem contribuir para ampliar o conhecimento sobre a realidade institucional, desde que não sejam utilizados como indicadores suficientes da efetividade da inclusão.

A predominância das categorias TDAH, TEA e deficiência intelectual nos dois levantamentos constitui um dos principais resultados da investigação, pois demonstra que essas classificações concentraram a maior parcela dos registros institucionais. As contribuições de Rohde *et al.* (2000), ao discutirem características relacionadas ao

TDAH, de Sousa (2021), ao abordar os direitos e as políticas públicas direcionadas às pessoas com TEA, e de Barros (2024), ao investigar práticas pedagógicas voltadas à deficiência intelectual, permitem situar essas categorias em discussões mais amplas sobre o contexto educacional.

Entretanto, a frequência de uma classificação nos registros não permite estabelecer correspondência direta com as dificuldades de aprendizagem ou com as necessidades de apoio dos estudantes. Assim, a concentração observada deve ser interpretada como uma característica da documentação escolar analisada, e não como indicação de que determinadas necessidades educacionais sejam necessariamente mais frequentes ou complexas na instituição.

Outro aspecto que merece atenção refere-se às diferenças observadas na distribuição das categorias entre fevereiro e agosto de 2026. Embora TDAH, TEA e deficiência intelectual tenham permanecido entre as classificações mais frequentes, suas participações relativas apresentaram comportamentos distintos, evidenciando que a composição dos registros institucionais não permaneceu estática ao longo do período.

Essa constatação amplia a interpretação do levantamento, pois demonstra que o conhecimento da realidade escolar não depende apenas da identificação das categorias predominantes, mas também da observação das modificações documentadas. Entretanto, tais alterações precisam ser compreendidas considerando os limites das informações disponíveis, sem atribuir às variações quantitativas causas que não foram investigadas.

A interpretação dos resultados também exige considerar os limites da documentação escolar como fonte de investigação. Fecchio (2025), ao analisar registros institucionais relacionados à identificação de discalculia, evidencia que a ausência de determinada condição nos documentos escolares não permite afirmar sua inexistência entre os estudantes. Embora a investigação da autora tenha se concentrado em uma condição específica, essa reflexão aproxima-se do presente estudo, no qual a distribuição das categorias foi construída a partir das informações disponíveis nos registros institucionais.

Dessa forma, os quantitativos apresentados expressam a situação documental observada nos períodos investigados, não representando necessariamente a totalidade das condições existentes entre os estudantes. Essa distinção é importante para reconhecer tanto as possibilidades quanto os limites da utilização de registros escolares em pesquisas quantitativas.

A principal contribuição desta investigação está na organização e comparação sistemática de informações que integram a documentação escolar, permitindo reconhecer alterações na distribuição das categorias diagnósticas principais ao longo do período analisado. Ao reunir dados de dois momentos do ano letivo, o estudo evidencia que os registros institucionais podem oferecer elementos relevantes para caracterizar o público escolar e identificar mudanças que nem sempre são percebidas por meio de observações isoladas.

Desta forma, sua interpretação exige reconhecer que os quantitativos não expressam integralmente as experiências, as capacidades ou as necessidades educacionais dos estudantes.

Assim, considera-se que a relevância do levantamento reside tanto na apresentação dos resultados quanto na possibilidade de ampliar a reflexão sobre o conhecimento da realidade institucional, respeitando os limites da documentação analisada.

Por fim, deve-se destacar que além desta quantificação é preciso também fornece as condições necessárias para o acesso destes alunos à instituição.

Tal processo é complexo, e vai desde à falta de acessibilidade ao ambiente físico da edificação, passando pelo sistema de transportes, da infraestrutura urbana até à comunicação e à informação, mas é inadmissível que 67,6% da população com deficiência ainda não tenha instrução ou possua o ensino fundamental incompleto, as instituições e o Estado precisam acelerar o processo de inclusão (Beltrão *et al.* 2022).

5. CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação permitiu quantificar, categorizar e comparar os registros diagnósticos de estudantes de uma escola pública estadual do município de Ji-Paraná, Rondônia, nos meses de fevereiro e agosto de 2026. A análise identificou um aumento de 77 para 85 estudantes com diagnósticos documentados, correspondente a uma variação de 10,39% em relação ao levantamento inicial. Entre as sete categorias consideradas, o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a deficiência intelectual (DI) permaneceram como as classificações mais frequentes nos dois períodos.

A comparação demonstrou que as alterações não ocorreram de maneira uniforme entre as categorias. Enquanto o TEA apresentou o maior crescimento absoluto, passando de 16 para 23 estudantes, o TDAH registrou uma redução de 28 para 27, e a deficiência intelectual manteve o quantitativo de 15 estudantes. Essas diferenças evidenciam que as mudanças na documentação escolar não se restringiram ao aumento do número total de registros, mas também envolveram modificações na distribuição das categorias diagnósticas principais. Nesse sentido, a análise conjunta das frequências absolutas e relativas contribuiu para identificar aspectos que não seriam percebidos apenas pela observação dos quantitativos gerais.

Entretanto, os resultados precisam ser compreendidos considerando os limites da documentação utilizada. Como cada estudante foi contabilizado exclusivamente na categoria principal indicada pela instituição, os quantitativos não representam necessariamente a totalidade das condições diagnosticadas entre o público escolar. Além disso, a comparação entre os dois levantamentos não permite determinar os fatores responsáveis pelas alterações observadas, uma vez que os dados disponíveis não possibilitaram identificar individualmente as causas das diferenças registradas.

A principal contribuição desta investigação está na organização e comparação sistemática de informações que integram a realidade institucional. Ao examinar registros referentes a dois momentos do ano letivo, o estudo possibilitou reconhecer características do público documentado e alterações em sua distribuição, demonstrando a relevância de analisar informações escolares de maneira contextualizada.

A realização desta pesquisa também trouxe contribuições para a formação docente, especialmente por ter surgido das experiências vivenciadas durante o estágio. O contato com a realidade escolar despertou questionamentos que ultrapassaram a observação das aulas e conduziram à análise de informações presentes na documentação institucional. Esse processo permitiu perceber que conhecer a escola envolve diferentes formas de aproximação com sua realidade, incluindo a investigação de aspectos que nem sempre são percebidos no cotidiano da sala de aula. Nesse sentido, a experiência contribuiu para ampliar o olhar sobre o ambiente escolar e reconhecer a importância da investigação na formação de professores.

Diante dos resultados apresentados, compreende-se que a contribuição deste levantamento não se limita à identificação dos quantitativos registrados, mas também está na possibilidade de ampliar o conhecimento sobre a realidade da instituição. Embora os diagnósticos constituam informações importantes para caracterizar o público escolar, eles não representam integralmente as experiências, as habilidades e as necessidades dos estudantes. Essa compreensão reforça a importância de considerar as particularidades de cada indivíduo, reconhecendo que a diversidade presente na escola não pode ser compreendida apenas por meio de classificações diagnósticas. Assim, a investigação abre possibilidades para estudos futuros que contemplem outras dimensões da realidade educacional, especialmente as condições de participação e aprendizagem dos estudantes, aspectos que não foram analisados nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Alexandra Francisca da Silveira; RODRIGUES, Anderson Douglas Pereira. A importância da afetividade na relação entre professores e alunos com TDAH e TEA na rede de ensino regular de escola particular. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 9, n. 5, p. 505–524, 2023. DOI: https://doi.org/10.51891/rease.v9i5.9696.

BARROS, Saonara de Cássia da Silva. Práticas pedagógicas docentes e a inclusão de estudantes com deficiência intelectual no ensino regular. Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem, v. 8, p. 206–217, 2024. Disponível em: https://rebena.emnuvens.com.br/revista/article/view/203. Acesso em: 22 de outubro de 2026.

BELTRÃO, Ana Maria de Figueirêdo; ALVES, Rosiane Pereira; MARTINS, Laura Bezerra. Acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. IX Encontro Nacional de Ergonomia do Ambiente Construído e X Seminário Brasileiro de Acessibilidade Integral. Santa Maria/RS, v. 10, n. 4, p. 2, 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar da Educação Básica 2025: apresentação dos resultados. Brasília, DF: Inep, 2026. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2025/apresentacao_coletiva.pdf. Acesso em: 4 nov. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 1 nov. 2026.

FECCHIO, Daniele Maria. Ausência de diagnóstico de discalculia em escola pública: implicações para a educação matemática inclusiva. In: ENCONTRO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA, 1., 2025, Cascavel. Anais [...]. Cascavel: UNIOESTE, 2025. Disponível em: https://sbemparana.com/eventos/index.php/epemi/article/view/119. Acesso em: 7 nov. 2026.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

ROHDE, Luis Augusto; BARBOSA, Genário; TRAMONTINA, Silzá; POLANCZYK, Guilherme. Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade. Revista Brasileira de Psiquiatria, v. 22, supl. 2, p. 7–11, 2000. DOI: https://doi.org/10.1590/S1516-44462000000600003.

SOUSA, Marlla Mendes de (coord.). Autismo: legislação, jurisprudência e políticas públicas. Brasília, DF: OAB Editora, 2021.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Salamanca, 1994.

---

[1] Discente do Curso Superior de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Rondônia (IFRO). *Campus* Ji-Paraná, Rondônia, Brasil. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[2] Professor, Doutor do Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Rondônia VI (CTPM VI), Ji-Paraná, Brasil. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[3] Professor, Doutor do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Rondônia (IFRO). Campus Ji-Paraná, Rondônia, Brasil.
E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail